



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO —
CPL DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO DE JANEIRO — CEDAE**

Referência: Licitação NI nº 005/2026 — Critério: melhor combinação de técnica e preço
Processo Administrativo: SEI nº 150001/004816/2023
Assunto: Impugnação ao instrumento convocatório

MARTINEZ & MARTINEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.751.699/0001-45, regularmente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, com sede na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128, Sala 606, Edifício Empresarial Center III, Boa Viagem, Recife/PE, CEP 51.020-350, endereço eletrônico licitacao@martinezadvogados.com.br, neste ato representada por seu sócio **HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR**, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 20.366 e no CPF sob o nº 027.259.724-42, vem, tempestiva e respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 1.5 do Edital, no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos — RILC da CEDAE, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos, ao final requerendo a retificação do instrumento convocatório, com a reabertura do prazo legal.

I — DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 1.5 do Edital, é facultado a qualquer interessado impugnar o instrumento convocatório, por escrito e por meio eletrônico, em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.

Estando a abertura da sessão prevista para 12/08/2026, às 11h00 (item 3 do Edital), e sendo a presente peça protocolizada em 08/06/2026, dentro do quinquídio legal, resta demonstrada a sua plena tempestividade, impondo-se o seu conhecimento e o pronunciamento da CPL no prazo de até 3 (três) dias úteis (item 1.6 do Edital).

II — DA SÍNTESE DAS IMPUGNAÇÕES E DA PREMISSE JURÍDICA

O Edital ora impugnado, conquanto reflita legítima preocupação da CEDAE com a qualidade do serviço, contém cláusulas que extrapolam os limites constitucionais e legais da habilitação e da pontuação técnica, restringindo indevidamente a competitividade e ofendendo os princípios da isonomia, da proporcionalidade, da razoabilidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa.

A premissa de toda a impugnação é dupla. Primeiro, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal somente admite as exigências de qualificação técnica e econômica *indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações*. Segundo, o art. 58, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 — diploma que rege este certame — exige que as exigências de qualificação técnica guardem pertinência com as parcelas *técnica ou economicamente relevantes* do objeto. É à luz desses balizamentos, reiterados pela jurisprudência do STF, do TCU e do TCE-RJ, que se demonstram as ilegalidades a seguir.

“A igualdade de condições dos concorrentes em licitações, embora seja enaltecida pela Constituição (art. 37, XXI), pode ser relativizada por duas vias: (a) pela lei, mediante o estabelecimento de condições de diferenciação exigíveis em abstrato; e (b) pela autoridade responsável pela condução do processo licitatório, que poderá estabelecer elementos de distinção circunstanciais, de qualificação técnica e econômica, sempre vinculados à garantia de cumprimento de obrigações específicas.”

(STF, ADI 3735/MS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, j. 08/09/2016, DJe-168 de 01/08/2017)

Embora todas as cláusulas adiante impugnadas mereçam reparo, esta impugnação elege três teses centrais, de maior densidade jurídica e menor margem de discricionariedade administrativa, às quais se pede atenção prioritária da CPL:

TESES CENTRAIS DESTA IMPUGNAÇÃO

Tese 1. Ilegalidade da exigência de “êxito” processual como requisito de habilitação e como critério de pontuação técnica (Tópico III).

Tese 2. Restrição indevida à competitividade pela valorização exclusiva da experiência e do êxito perante o TJRJ (Tópico IV).

Tese 3. Desconsideração da experiência técnico-profissional adquirida pelos advogados em outros escritórios (Tópico V).

Para facilitar a leitura, segue quadro-resumo das cláusulas impugnadas, dos vícios apontados, dos fundamentos e dos pedidos, todos desenvolvidos nos tópicos subsequentes:

Quadro 1 — Síntese das impugnações

Tópico / Dispositivo	Vício apontado	Fundamentos principais	Pedido (síntese)
III — 10.2.3.3; 11.2.3 a 11.2.5; 13.3.3 a 13.3.5	Exigência de “êxito” processual como habilitação e como pontuação técnica	CF, art. 37, XXI; Lei 13.303/2016, art. 58, II; Súmula 263/TCU; Acórdãos 1567/2018 e 301/2017-TCU-Pleno; Acórdão 1169/2022-TCU-Pleno	Excluir os critérios de êxito; admitir comprovação de atuação
IV — 11.2.2; 13.3.2	Valorização exclusiva de experiência/êxito perante o TJRJ	Lei 8.906/94, arts. 5º e 10; STF, ADI 3735/MS; Acórdão 1567/2018-TCU; Lei 13.303/2016, art. 31	Pontuar experiência em qualquer TJ ou TRF
V — 10.2.3.1 e 11.2.2 a 11.2.5 (timbre)	Desconsideração da experiência técnica do advogado adquirida em outros escritórios	Súmula TCE-RJ (09/11/2022, Rel. Cons. Marianna M. Willeman); Acórdão 3.144/2021-TCU; Súmula 272/TCU; Marçal Justen Filho	Reconhecer a experiência do profissional
VI — 13.4.3	Desclassificação automática por zerar quesito técnico acessório	Acórdão 1169/2022-TCU-Pleno; princípios da razoabilidade e proporcionalidade	Excluir a eliminação automática
VII — 11.2.7; 13.3.7	Crêditos acadêmicos (livros, mestrado, doutorado, magistério) desproporcionais	Lei 13.303/2016, art. 58, II; Súmula 263/TCU; Acórdão 1169/2022-TCU	Excluir ou reduzir o peso acadêmico
VIII — 10.2.3.1, “f”	Estrutura física na Região Metropolitana do RJ como requisito de habilitação	Súmula 272/TCU; Acórdão 3.144/2021-TCU; STF, ADI 3735/MS	Exigir apenas na assinatura do contrato
IX — 10.2.3.1, “b” e “d”	Equipe mínima de 10 advogados e 4 auxiliares sem estudo técnico	Súmula 272/TCU; Acórdão 3.014/2015-TCU; Súmula TCE-RJ (declaração de compromisso)	Suprimir ou exigir estudo de dimensionamento
X — 10.2.3.1, “g.1”	Atestado de 50% do lote (~2.647 processos simultâneos)	Súmula 263/TCU; Acórdão 301/2017-TCU; somatório de atestados (Acórdão 1153/2024-TCU)	Reduzir o percentual e admitir somatório
XI — 10.2.3.1, “i”	Atuação pretérita simultânea em 30 municípios do RJ	Súmula 263/TCU; Acórdão 1567/2018-TCU; STF, ADI 3735/MS	Substituir por capacidade operacional
XII — 2.1.1 e 2.1.4	Distribuição do acervo por “melhor conveniência”, sem critério objetivo	Lei 13.303/2016, art. 31 (julgamento objetivo); Acórdão 1169/2022-TCU	Fixar critérios objetivos de distribuição
XIII — 6.5, “j”; 10.2.1, “c” e “d”	Vedações excessivamente amplas ao patrocínio (livre exercício)	CF, art. 5º, XIII; Lei 8.906/94; STF, ADI 3735/MS	Delimitar ao conflito de interesses concreto
XIV — 2.5	Repartição dos honorários de sucumbência com a ADVCEDAE (50%)	CPC, art. 85, §14; Lei 8.906/94, art. 23 (matéria controvertida)	Esclarecimento e demonstração do fundamento jurídico

III — DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE “ÊXITO” PROCESSUAL COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO E COMO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

Dispositivos impugnados: itens 10.2.3.3 e Observação 1; 11.2.3; 11.2.4; 11.2.5; 13.3.3; 13.3.4 e 13.3.5 do Edital.

O Edital condiciona a habilitação técnica e a atribuição de pontos à comprovação de “êxito” — integral ou parcial — em recursos perante o TJRJ (mínimo de 30 Apelações), perante os Tribunais Superiores e em ações coletivas, atribuindo pontuação crescente conforme a quantidade de “êxitos”.

A exigência é ilegal. A qualificação técnica destina-se a aferir a aptidão para executar o objeto, e não o resultado das demandas patrocinadas. O resultado de um processo judicial não decorre apenas da técnica do advogado: depende do mérito da causa, da prova produzida, da orientação jurisprudencial e de fatores alheios ao controle do prestador. Exigir “vitória” como condição de participação é transferir ao licitante o risco do resultado jurisdicional, o que a lei jamais autorizou. Em rigor, o êxito processual não constitui parcela técnica do objeto contratual, mas consequência de atividade submetida ao exercício da jurisdição estatal.

Tanto o art. 58, II, da Lei nº 13.303/2016 quanto a Súmula nº 263 do TCU autorizam, no máximo, a exigência de comprovação de execução de serviços compatíveis — isto é, de experiência —, e não de êxito:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

(Súmula nº 263 do TCU)

No mesmo sentido, o TCU já assentou que mesmo a experiência em tipologia específica de serviço só pode ser exigida em caráter excepcional e fundamentado:

“Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório.”

(TCU, Acórdão 1567/2018-Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. 11/07/2018)

Se a mera exigência de experiência em tipologia específica já demanda fundamentação robusta, com muito mais razão é ilegal exigir o resultado favorável dessa atuação. Acresce que, por força do item 13.4.3 (adiante impugnado), tais critérios tornam-se eliminatórios. Por fim, no que tange à pontuação, o TCU exige que os quesitos técnicos sejam objetivos e proporcionais à relevância (Acórdão 1169/2022-Plenário): o êxito processual não atende a esse parâmetro, por não medir capacidade de execução. A exigência de êxito processual aproxima-se, ainda, indevidamente de obrigação de resultado, incompatível com a natureza da atividade advocatícia, tradicionalmente reconhecida pela jurisprudência como obrigação de meio.

Pedido: exclusão integral das exigências e dos critérios de pontuação fundados em “êxito” processual (itens 10.2.3.3, 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5), substituindo-se a comprovação de resultado pela comprovação de efetiva atuação técnica.

IV — DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE PELA VALORIZAÇÃO EXCLUSIVA DE EXPERIÊNCIA E ÊXITO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

Dispositivos impugnados: itens 11.2.2; 11.2.3; 13.3.2 e 13.3.3 do Edital.

O Edital atribui pontuação técnica significativa (Fatores II e III) exclusivamente à experiência e ao êxito perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desconsiderando a atuação equivalente perante os demais Tribunais de Justiça estaduais e perante a Justiça Federal.

A advocacia é atividade de alcance nacional. Nos termos dos arts. 5º e 10, §2º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB), o advogado regularmente inscrito exerce a profissão em todo o território nacional, bastando, para a atuação habitual fora da seccional de origem, a inscrição suplementar. A técnica de uma Apelação Cível é a mesma no TJRJ, no TJPE ou em qualquer outro Tribunal. Privilegiar a experiência local, sem demonstração de sua indispensabilidade, configura critério geográfico indireto e ofende a igualdade assegurada pelo art. 37, XXI, da Constituição, tal como assentado pelo STF na ADI 3735/MS, segundo a qual os elementos de distinção devem estar *sempre vinculados à garantia de cumprimento de obrigações específicas*.

A justificativa editalícia — suposto “conhecimento das normas internas do TJRJ” — é frágil e desproporcional, pois normas regimentais locais são facilmente assimiláveis e não justificam que quase todo o peso técnico recaia sobre um único Tribunal.

Pedido: ampliação dos critérios para que a experiência e a atuação perante quaisquer Tribunais de Justiça estaduais e Tribunais Regionais Federais sejam pontuadas de forma isonômica, afastando-se a valorização exclusiva do TJRJ.

V — DA ILEGALIDADE DA DESCONSIDERAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL ADQUIRIDA PELOS ADVOGADOS EM OUTROS ESCRITÓRIOS

Dispositivos impugnados: itens 10.2.3.1, alínea “i”, subitem 3; e as Observações 1 dos itens 11.2.2 a 11.2.5, que vedam o uso de peças com timbre de outro escritório.

Ao exigir que toda a comprovação de experiência e de êxito se faça por peças timbradas com o nome do escritório licitante, o Edital desconsidera a experiência técnico-profissional efetivamente acumulada pelos advogados quando vinculados a outras sociedades. A capacidade técnico-profissional, contudo, é atributo do profissional, e não do CNPJ.

O TCU é firme nesse sentido, reputando ilegal exigir vínculo prévio do profissional com a licitante:

“Configura restrição ao caráter competitivo da licitação a exigência, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, de demonstração de vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante.”

(TCU, Acórdão 3.144/2021-Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

O próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro — controle externo a que se submete a CEDAE — editou súmula no mesmo sentido:

“Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.”

(TCE-RJ, Súmula de jurisprudência aprovada em Sessão Plenária de 09/11/2022, Rel. Cons. Marianna Montebello Willeman)

A doutrina é convergente. Marçal Justen Filho adverte que *não é possível, enfim, transformar a exigência de qualificação técnico-profissional em uma oportunidade para garantir ‘emprego’ para certos profissionais*. Se nem o vínculo prévio pode ser exigido, menos ainda se pode desprezar a experiência efetivamente adquirida pelo advogado que hoje integra a equipe do licitante, apenas porque parte dela foi obtida sob timbre anterior.

Pedido: reconhecimento da experiência técnico-profissional comprovada individualmente pelos advogados da equipe técnica, independentemente do escritório em que adquirida, por meios idôneos de prova, preservada apenas a vedação ao uso indevido de timbre alheio para fins de capacidade técnico-operacional da própria sociedade.

VI — DA ILEGALIDADE DA DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO LICITANTE QUE ZERAR QUALQUER QUESITO TÉCNICO

Dispositivo impugnado: item 13.4.3 do Edital.

O item 13.4.3 determina a desclassificação do licitante que “zerar qualquer um dos quesitos técnicos”. A regra transforma fatores meramente acessórios — como a ausência de livro publicado, de título de doutor ou de magistério (Fator VII), ou a não obtenção da quantidade mínima de “êxitos” em ações coletivas (Fator V) — em causa de eliminação, ainda que o licitante alcance nota técnica elevada nos quesitos verdadeiramente relevantes.

A exigência contraria a orientação do TCU quanto à objetividade e à proporcionalidade da pontuação técnica:

“Em licitações do tipo técnica e preço, o edital deve definir critérios objetivos para a gradação das notas para cada quesito da avaliação técnica, assim como distribuir a pontuação de modo proporcional à relevância de cada um.”

(TCU, Acórdão 1169/2022-Plenário — tese)

Transformar critério acessório em requisito eliminatório subverte a lógica da licitação por técnica e preço e ofende a razoabilidade.

Pedido: exclusão da regra de desclassificação automática por zerar quesito técnico isolado (item 13.4.3), mantendo-se, quando muito, exigência de nota técnica mínima global.

VII — DA DESPROPORCIONALIDADE DOS CRITÉRIOS ACADÊMICOS (LIVROS, PÓS-GRADUAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO E MAGISTÉRIO)

Dispositivos impugnados: itens 11.2.7 e 13.3.7 do Edital.

O Edital atribui pontuação à publicação de livros, à titulação acadêmica e ao exercício do magistério jurídico. Tais atributos, embora louváveis, não guardam correlação direta e necessária com a aptidão para a gestão eficiente de contencioso cível massificado de aproximadamente 15.883 processos, cujo núcleo é cumprir prazos, alimentar sistema gerenciador, comparecer a audiências e atender diligências de urgência.

A valorização desproporcional do perfil acadêmico desvia a finalidade da avaliação técnica, em afronta ao art. 58, II, da Lei nº 13.303/2016, à Súmula 263/TCU e à exigência de pontuação proporcional à relevância (Acórdão 1169/2022-TCU-Plenário).

Pedido: exclusão ou redução substancial do peso atribuído aos critérios acadêmicos (itens 11.2.7 e 13.3.7), com redistribuição da pontuação para quesitos diretamente ligados à execução do objeto.

VIII — DA RESTRIÇÃO DECORRENTE DA EXIGÊNCIA DE ESTRUTURA FÍSICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO

Dispositivo impugnado: item 10.2.3.1, alínea “f” (e correlato item 11.6 do Termo de Referência).

O Edital exige, como condição de habilitação, que o licitante já disponha, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de estrutura física com espaço reservado à fiscalização da CEDAE. A exigência, nesse momento, favorece escritórios sediados no Rio de Janeiro e onera o licitante de outras unidades da Federação com investimento prévio e incerto, antes mesmo de saber se será contratado.

O ponto está pacificado pela Súmula 272 do TCU:

“No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.”

(Súmula nº 272 do TCU)

A estrutura física local constitui condição de execução contratual, exigível por ocasião da assinatura do contrato, e não barreira de entrada — sob pena de restrição indevida à competitividade (art. 37, XXI, da CF; art. 58, II, e art. 31 da Lei nº 13.303/2016).

Pedido: adequação da cláusula para que a comprovação de estrutura física na Região Metropolitana do Rio de Janeiro seja exigível apenas a partir da assinatura do contrato, mediante simples declaração de compromisso na fase de habilitação.

IX — DA AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO A JUSTIFICAR A EQUIPE MÍNIMA DE 10 ADVOGADOS E 4 AUXILIARES

Dispositivos impugnados: item 10.2.3.1, alíneas “b” e “d” (e correlato item 11.3 do Termo de Referência).

O Edital fixa quantitativo mínimo rígido de 10 (dez) advogados e 4 (quatro) auxiliares, sem que os autos demonstrem o estudo técnico ou a memória de cálculo que comprovem ser exatamente esse o quantitativo indispensável. A par da exigência de demonstração técnica, a comprovação da

disponibilidade da equipe se satisfaz por declaração de compromisso, sendo ilegítimo exigir, na habilitação, custos não necessários antes do contrato (Súmula 272/TCU, acima), bem como vínculo prévio dos profissionais (Acórdão 3.014/2015-TCU-Plenário e Súmula do TCE-RJ de 09/11/2022, já citados).

A fixação de número rígido, sem demonstração de indispensabilidade, favorece estruturas de maior porte e restringe a competitividade, em desacordo com o art. 37, XXI, da CF e com o art. 58, II, da Lei nº 13.303/2016.

Pedido: supressão do quantitativo mínimo rígido ou, alternativamente, a juntada do estudo técnico de dimensionamento que o justifique, admitida a comprovação por compromisso de mobilização da equipe em caso de adjudicação.

X — DA EXCESSIVIDADE DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO CORRESPONDENTE A 50% DO QUANTITATIVO DO LOTE

Dispositivo impugnado: item 10.2.3.1, alínea “g.1”, do Edital.

O Edital exige atestado que contemple o equivalente a 50% do quantitativo de um lote — aproximadamente 2.647 processos sob patrocínio simultâneo. Embora a Súmula 263/TCU admita quantitativos mínimos, condiciona-os à proporção com a dimensão e a complexidade do objeto, o que demanda motivação técnica específica, inexistente nos autos. No mesmo sentido, o Acórdão 301/2017-TCU-Plenário (Rel. Min. José Múcio Monteiro) assentou que os critérios de habilitação técnica devem restringir-se às parcelas técnica ou economicamente relevantes, na forma do art. 58, II, da Lei nº 13.303/2016. Soma-se a isso a jurisprudência pacífica do TCU que, como regra, admite o somatório de atestados, sendo a sua vedação medida excepcional e dependente de justificativa robusta (Acórdão 1153/2024-TCU-Plenário).

Pedido: redução do percentual exigido para patamar proporcional e tecnicamente justificado, com expressa admissão do somatório de atestados.

XI — SUBSIDIARIAMENTE, DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATUAÇÃO SIMULTÂNEA EM, NO MÍNIMO, 30 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dispositivo impugnado: item 10.2.3.1, alínea “i”, do Edital.

O Edital exige a comprovação de “capacidade de deslocamento” por meio de ações patrocinadas, simultaneamente, em no mínimo 30 municípios do RJ. A cláusula confunde capacidade operacional futura com histórico processual pretérito. Um escritório pode dispor de estrutura, equipe e correspondentes aptos ao atendimento descentralizado sem jamais ter litigado, no passado, simultaneamente em 30 municípios. Exigir o histórico pretérito específico restringe a participação de escritórios de outras unidades da Federação e estabelece reserva indireta de mercado, em afronta à Súmula 263/TCU e ao Acórdão 1567/2018-TCU-Plenário (acima), bem como à diretriz do STF na ADI 3735/MS.

A exigência impugnada não se limita a exigir capilaridade operacional ou capacidade de deslocamento. Exige, especificamente, histórico pretérito de atuação simultânea em 30 municípios do Estado do Rio de Janeiro, circunstância que privilegia licitantes já inseridos no mercado local e exclui, sem demonstração de indispensabilidade, escritórios aptos a prestar o mesmo serviço mediante estrutura própria, correspondentes ou unidades descentralizadas.

Eventual referência genérica ao Processo TCE-RJ nº 116.440-0/18 não supre a necessidade de demonstração concreta da proporcionalidade da cláusula neste certame, mormente porque o mero indeferimento de cautelar ou a autorização de prosseguimento de licitação anterior não equivale a juízo de mérito validador da exigência.

Pedido: exclusão da exigência de atuação pretérita em 30 municípios ou sua substituição por comprovação de capacidade operacional apta ao atendimento descentralizado; subsidiariamente, a juntada aos autos do inteiro teor do Processo TCE-RJ nº 116.440-0/18 invocado pela CEDAE.

XII — DA SUBJETIVIDADE NA DISTRIBUIÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DO ACERVO POR “MELHOR CONVENIÊNCIA”

Dispositivos impugnados: itens 2.1.1 e 2.1.4 do Edital (e correlatos itens 11.7 e 11.7.1 do Termo de Referência).

O Edital autoriza a distribuição e a redistribuição dos processos entre os três escritórios segundo critérios de “melhor conveniência” da Comissão de Fiscalização, sem parâmetros objetivos e previamente definidos.

O ponto é mais sensível do que aparenta. No regime de execução por preço unitário por processo ativo, a remuneração do contratado depende diretamente da quantidade de processos que lhe forem distribuídos; logo, a fixação subjetiva do acervo repercute, direta e imediatamente, no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A ausência de critérios mensuráveis, além de comprometer a previsibilidade dessa equação — e, com ela, a própria formulação da proposta de preços —, dificulta a fiscalização e abre espaço a tratamento não isonômico entre os contratados, em afronta aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 31 da Lei nº 13.303/2016) e à exigência de critérios objetivos de gradação reafirmada pelo TCU (Acórdão 1169/2022-Plenário).

Pedido: fixação, no próprio Edital, de critérios objetivos, mensuráveis e previamente definidos para a distribuição e a redistribuição do acervo, com explicitação dos indicadores de desempenho, sua forma de aferição e periodicidade.

XIII — DA AMPLITUDE EXCESSIVA DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO E AO PATROCÍNIO (LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL)

Dispositivos impugnados: item 6.5, alínea “i”, e item 10.2.1, alíneas “c” e “d”, do Edital (e correlatos itens 11.16 e 11.19 do Termo de Referência).

O Edital impede a participação de escritório que litigue, em nome próprio, contra a CEDAE, e exige declaração de que não representará outras concessionárias de saneamento atuantes no Estado do Rio de Janeiro durante toda a vigência. Redigidas de forma amplíssima, as cláusulas extrapolam a legítima prevenção a conflito de interesses.

A simples existência de demanda em que o escritório seja parte, ou o patrocínio de outras concessionárias em matérias estranhas e não conflitantes, não configura, por si só, conflito de interesses nem incapacidade técnica. A restrição atinge o livre exercício profissional da advocacia (art. 5º, XIII, da Constituição e Estatuto da OAB) e ofende a proporcionalidade. À luz da ADI 3735/MS, os elementos de distinção devem estar vinculados à garantia de cumprimento de obrigações específicas; logo, a vedação só se justifica quando **delimitada ao conflito concreto e à matéria efetivamente concorrente**, e não como exclusão automática e genérica.

Pedido: delimitação das vedações ao conflito de interesses concreto e à matéria efetivamente conflitante, afastando-se a exclusão automática pela mera existência de litígio em nome próprio ou de patrocínio de outras concessionárias em matérias não concorrentes.

XIV — DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO QUANTO À REPARTIÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA COM A ADVCEDAE

Dispositivo objeto de esclarecimento: item 2.5 do Edital (e correlato item 16.4 do Termo de Referência).

O Edital destina aos escritórios vencedores 50% dos honorários de sucumbência fixados nas ações em que a CEDAE restar vencedora, atribuindo os outros 50% à ADVCEDAE. Quanto a este item, a impugnante não deduz pedido de exclusão, mas tão somente de esclarecimento.

É que a titularidade e a destinação dos honorários de sucumbência constituem matéria juridicamente controvertida, à luz do art. 23 da Lei nº 8.906/1994 e do art. 85, §14, do CPC. Em prol da transparência e da adequada formação das propostas, mostra-se conveniente que a CEDAE explicita o fundamento jurídico da repartição prevista no item 2.5, bem como a forma pela qual esse rateio foi considerado na estimativa de preços e no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Pedido: o esclarecimento e a demonstração do fundamento jurídico da repartição prevista no item 2.5, bem como de sua repercussão na formação das propostas e no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

XV — DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a impugnante:

- a) o conhecimento da presente impugnação, por tempestiva, e o seu provimento;
- b) a suspensão do procedimento licitatório até o julgamento desta peça, nos termos do item 1.6 do Edital;



- c) a retificação do Edital para exclusão ou adequação das cláusulas impugnadas, na forma dos pedidos específicos dos Tópicos III a XIV e do Quadro 1 supra;
- d) a republicação do instrumento convocatório, com a reabertura integral dos prazos legais, na forma do item 1.2 do Edital;
- e) subsidiariamente, caso mantida qualquer das exigências, a juntada aos autos dos estudos técnicos, pareceres e fundamentos que as embasaram, em especial o inteiro teor do Processo TCE-RJ nº 116.440-0/18;
- f) a disponibilização integral, à impugnante, dos estudos técnicos preliminares, do termo de referência, das notas técnicas, dos pareceres jurídicos e das manifestações de controle que embasaram as exigências impugnadas;
- g) que todas as comunicações relativas a esta impugnação sejam dirigidas ao endereço eletrônico licitacao@martinezzadvogados.com.br.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 08 de Junho de 2026.

HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR

OAB/PE nº 20.366

Sócio — Martinez & Martinez Advogados Associados